

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A ESCOLA QUE PROTEGE ATUANDO NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GRAZIELA FRANCESCHET FARIAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA).

Resumo

Dentre os projetos do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA/UFSM), encontra-se o projeto intitulado: "Laboratório de Alfabetização: Repensando a Formação de Professores". No ano de 2008, pelo viés desse projeto, concorremos ao edital público do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), no qual culminou no "I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege" e na qualificação de 1030 profissionais. O curso dividiu-se em duas etapas, uma à distância e outra presencial, totalizando uma carga horária de 80 horas. A etapa que ocorreu a distância constituiu-se na leitura do material impresso "Escola que Protege: Enfrentando a Violência contra Crianças e Adolescentes", de autoria de Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros fornecido pela SECAD/MEC. A etapa presencial ocorreu no mês de Outubro de 2008, em Santa Maria/RS. Realizaram-se palestras que abordaram desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua efetiva aplicação na prática até relatos orais de juízes, promotores, conselheiros tutelares e pesquisadores, assim como a realização de 38 oficinas temáticas. Como resultados, 43,55% consideraram de boa qualidade o material didático utilizado para o módulo à distância do curso, 51,61% considerou satisfatória as temáticas das palestras ministradas. Por outro lado, do total dos participantes, dentre eles professores da rede de ensino (Estadual, Municipal e Particular) e acadêmicos vinculados aos cursos de Licenciatura, 80% informaram que, durante a respectiva Formação Inicial e Continuada, as temáticas referentes aos direitos humanos, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), violência e suas formas de enfrentamento, o Bullying, são pouco ou inexistentes discussões acerca desses temas, demonstrando que há dificuldade de identificar sinais de violência nos educandos e encaminhar para a Rede de Proteção os casos suspeitos ou mesmo já confirmados.

Palavras-chave:

Formação de Professores, Proteção a infância, Redes Nacionais.

Introdução

Os números são alarmantes e os índices só têm aumentado. É consenso nacional. A violência cometida contra crianças e adolescentes, nas últimas décadas, tem tomado proporções que fogem às regras e se afastam de quaisquer avanços tecnológicos, econômicos e sociais que tenhamos conquistado, enquanto seres humanos, nos últimos tempos.

Se voltarmos na História e lançarmos um olhar para os séculos XIX e XX é possível compreender que a História da Infância, não só a brasileira, mas também a internacional é marcada por situações de abandono, violência, humilhação, falta de responsabilidade social, indiferenças e principalmente injustiças. Um exemplo formal e materializado disto são os manuais escolares e as cartilhas de alfabetização que circularam, desde as sociedades européias até o Rio Grande do Sul, marcando tal período histórico e impondo "boas maneiras" e a disciplina de "corpos cidadãos, patriotas".

Considero que os manuais escolares - incluindo as cartilhas de alfabetização - além de reconhecerem os "cidadãos", reconheceriam os "não-cidadãos", tentando formar e transformar sujeitos, a partir de um tipo ideal - "o sujeito civilizado"-, inventado pelo discurso para formar homens e mulheres que levariam a cabo o projeto de modernização republicano. Encontro tal dualidade entre a "barbárie" e a "civilização" polarizada em representações do bom e do mau filho, do bom e do mau aluno, do bom e do mau cidadão e do bom e do mau brasileiro. Dessa forma, a representação do "bom aluno" assumia um caráter generalista e que servia tanto para menino quanto para menina, valorizando a criança asseada, cumpridora de horários e das tarefas escolares. Seu bom comportamento o tornaria um aluno, um filho e um cidadão educado, ou seja, o bom filho da pátria seria aquele que tivesse mais a seus deveres do que a seus direitos. O "mau aluno", por sua vez, seria aquele que, além de não ter bons hábitos de higiene com seu corpo e com o material escolar, não apresentaria um bom desempenho na escola. Seu futuro como cidadão nem é mencionado, uma vez que não se encaixaria no tipo ideal de sujeito "civilizado", renunciando, assim, sua existência como "não cidadão" (TRINDADE, 2008: 23 apud LUBISCO, 1902).

Tanto os manuais escolares como as cartilhas traziam os ideais para uma conduta desejável e para os bons costumes. Condutas estas que, em muitas vezes, levavam a momentos de humilhação, desespero, baixa auto-estima de nossas crianças. Atitudes autoritárias e que caracterizam uma violência física e psicológica contra as crianças e jovens cometidas por adultos que desconheciam as fases e as características do desenvolvimento psicológico das crianças e jovens que eram punidos pelo não cumprimento de tais regras e de tais imposições. Modos de agir como estes hoje são caracterizados como atos de violência cometidos na vida privada (doméstica), na vida pública (ruas) e principalmente no âmbito escolar, a chamada violência simbólica, violência psicológica.

"As crianças devem ser vistas, mas não ouvidas" é uma máxima do código educativo tradicional das altas classes sociais inglesas. Esse princípio emigrou da esfera da educação familiar inglesa para a esfera pública dos sistemas educativos ocidentais, tendo ressonância na política educativa e na vida escolar - também as vozes dos pedagogos permanecem vistas na retórica das leis e dos documentos oficiais, na retórica dos documentos das escolas (projeto educativo, projeto político-pedagógico), mas não realmente ouvidas, isto é, não praticadas, não constituídas em uma práxis (FORMOSINHO, 2007: 13).

Perdura ao longo dos séculos a educação dos filhos pelo método da imposição, o método do "cala a boca inútil". Estas atitudes e juízos de valores transcendem o convívio familiar e se estendem até as escolas, no modo de sentar em fila, na hora certa de fazer uma pergunta, na imposição de horários, na retirada do recreio, na cópia exaustiva de conhecimentos desarticulados da realidade infantil e juvenil e nas humilhações em sala de aula. Trazemos exemplos de Cartilhas, como a Cartilha da Higiene, produzida em 1936 por Renato Kehl e editada pela Livraria Francisco Alves, o Novo Methodo Phonetico (Gherardo Lubisco,1902), a Cartilha Brasileira (Clemente Quaglio, 1921) para demonstrar, mesmo que parcialmente, o fragmento citado anteriormente. Cartilhas e manuais escolares foram produzidos em larga escala no Brasil não só para a alfabetização de crianças, mas também para a imposição de regras de convivências universais.

Diante desta breve busca no passado histórico da infância é que nos permitimos dialogar com os leitores deste artigo e comungar com eles, o aspecto da urgência de olhares cuidadosos e minuciosos para as formas de violência, os ambientes nos quais elas ocorrem, quem são os praticantes e os agentes de proteção. Tentaremos também sensibilizar para a questão da Formação de Professores e Profissionais da Educação (inicial e continuada), para a importância do cuidado do educador na

prevenção e detecção de atos de violência na escola, na sala de aula e no convívio familiar.

No decorrer deste artigo, traremos as iniciativas institucionais, regionais e locais estabelecidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA), sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Helenise Sangoi Antunes, para atuar nestes cenários de maneira a contribuir com as políticas públicas no combate à violência de crianças e adolescentes, seja através de projetos de extensão, seja através de uma força de trabalho que atua unida na cidade de Santa Maria/RS para fortalecer as redes de proteção à infância deste país.

Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Durante muito tempo pessoas lutaram para firmar os Direitos Humanos com a intenção de melhorar a qualidade de vida para todos e para viver em um mundo onde a igualdade entre as pessoas fosse preservada. Revoltas, lutas e revoluções foram travadas para que índios, mulheres, crianças, escravos e negros tivessem os mesmos direitos, principalmente o direito garantido à vida.

Em 1948, é assinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que, cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A partir de 1948, todas as pessoas, independentemente de raça, cor ou religião são resguardadas perante a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob pena da lei caso não sejam salvaguardadas. Porém, presenciamos a todo instante, atitudes e ações que violam estes direitos e privam o ser humano da liberdade, justa e de direito.

Exemplos podem ser analisados como o desrespeito com a diversidade religiosa entre as comunidades. Com isso, direitos de pessoas são feridos pelo simples fato de não respeitar a diversidade e o grande leque de religiões que existem em nosso país. Oriundos desse preconceito vêm à discriminação, ofensa e atos de violência que são assegurados pela nossa constituição como atitudes que ferem a lei e os seres humanos.

Outro exemplo que pode ser mencionado refere-se à violação dos direitos das crianças. O direito de freqüentar a escola, de ter uma família que oportunize o desenvolvimento integral, o direito ao lazer e a educação, que ainda não são garantidos. Crianças sofrem abusos de várias maneiras, formas de violências que ferem a integridade moral e psicológica em desenvolvimento.

Previstos e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos foram criados e oficializados na forma da lei a fim de serem garantidos. As redes sociais de proteção são criadas com este fim.

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais articulados e construídos com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil. Como exemplos, podem-se citar a Rede de Proteção à Adolescentes em Conflito com a Lei, a Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Rede de Proteção dos Meninos e Meninas de Rua, entre outras. Essas redes podem ter abrangência municipal, estadual, nacional ou internacional ((FALEIROS;FALEIROS, 2007: 77).

As redes de proteção têm como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apoiadas pelas Secretarias do Governo (estaduais, municipais) executoras de políticas de saúde, educação, assistência, cultura, profissionalização e proteção especial, pelos Conselhos Tutelares, pelo Ministério Público e por ONG's espalhadas por diversos pontos do país.

Dentre os organismos do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes estão: os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, as Varas da Infância e da Juventude, as Promotorias da Infância e Juventude, as Delegacias de Proteção à Crianças e Adolescentes (DPCA), os Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), os Centros de Defesa, a Defensoria Pública, as Secretarias de Governo executoras de políticas públicas e as Organizações Não-Governamentais (ONG's).

Formação de redes de proteção no Sul do Brasil: "I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege 2008"[1]

Vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA), Grupo de Pesquisa cadastrado na Plataforma Lattes/CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSM e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Helenise Sangoi Antunes desenvolvemos o projeto guarda-chuva intitulado: "Laboratório de Alfabetização: Repensando a Formação de Professores", que conta com a participação de acadêmicos (as) de cursos de Graduação da UFSM, Mestrandos e Mestres do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSM e Professores da Rede Pública e Privada de Ensino de Santa Maria. Desde o ano de 2004, atuamos nas Escolas Municipais, Estaduais e Particulares de Santa Maria e região, onde alunos e alunas destes cursos, bem como professoras em formação continuada, atendem crianças com dificuldades de aprendizagem, de leitura, escrita e principalmente em situação vulnerabilidade social.

Este projeto que consolida, de forma equilibrada, ações de ensino, pesquisa e extensão e atua a partir da necessidade e interesse demonstrado pelas professoras da área de alfabetização da rede de ensino de Santa Maria e região em expandirem suas descobertas e estudos referentes a esta área, bem como, oferecer as alunas dos cursos de Pedagogia e Educação Especial um espaço de construção de novas metodologias, a partir das suas experiências pedagógicas vivenciadas ao longo dos cursos de formação inicial, além do aprofundamento de seus estudos sobre a compreensão dos modos de organização e das concepções das crianças de pré-escola e séries iniciais a cerca do que a leitura e a escrita representam, quais seus usos e funções e como desenvolver a produção textual. Segundo Ferreira (1985), a maneira como a criança concebe a leitura e a escrita é ponto de partida para que o professor possa propor uma linha de ação que contemple tais concepções.

Nesta perspectiva, buscamos compreender a lógica interna dos modos de organização e do processo de cada sujeito, bem como sua evolução de um nível

para o outro, além das possibilidades de construção de textos, histórias em quadrinhos, narrativas, etc.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho, que conta com uma longa caminhada de construção, é também desenvolver trabalhos voltados para pesquisas sobre aquisição da lecto-escrita ao longo das primeiras séries do ensino básico, buscando compreender as concepções apresentadas pelas crianças, bem como, acompanhar seus desempenhos ao longo deste processo. Ao mesmo tempo, que efetivamos a parceria institucional de ensino, pesquisa e extensão com os professores da Rede de Ensino de Santa Maria e região, em especial a Escola Estadual Prof.^a. Naura Teixeira Pinheiro, Escola Estadual Prof.^a Celina de Moraes, Escola Municipal São Paulo e a Escola Núcleo Valentin Bastianelo (município de Dilermando de Aguiar).

A busca dos caminhos percorridos pela criança para desenvolver os significados e sua conseqüente representação é, portanto, um fator preponderante na criação e no desenvolvimento de propostas mais adequadas e coerentes para a alfabetização e a linguagem. Para tanto, o Laboratório estará aberto à comunidade para atendimento, trocas de experiências, orientação e criação de atividades pedagógicas na área de Alfabetização e Letramento.

No ano de 2008, pelo viés deste projeto, concorremos ao edital público do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o qual culminou no I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege e na qualificação de 1030 profissionais das mais diversas áreas ligadas à Educação.

Ao longo da caminhada durante o ano, compomos, em primeira instância o Comitê Gestor Local, formado por um representante de cada órgão: Gabinete do Reitor (UFSM), Pró-Reitoria de Extensão (UFSM), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UFSM), Centro de Educação (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSM), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Santa Maria), Secretaria de Saúde Mental (Santa Maria), Secretaria Municipal de Educação (Santa Maria), Secretaria Municipal de Assistência Social (Santa Maria), Conselho Tutelar (Santa Maria), Delegacia da Mulher (Santa Maria), Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Santa Maria), 8^a Coordenadoria Regional de Educação, Núcleo de Professores Negros do Município de Santa Maria e Juizado Regional da Infância e da Juventude (Santa Maria). O Comitê Gestor Local reuniu-se durante vários meses a fim de definir as metas e deliberar acerca da tomada de decisões, culminando assim, na realização do curso. Em um esforço conjunto, mobilizamos o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA) para um manifesto em prol da defesa e valorização dos direitos de crianças e adolescentes, realizado no Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria, confeccionaram-se cartazes, banners, repertórios musicais, atividades pedagógicas, entre outras.

O curso dividiu-se em duas etapas, uma à distância e outra presencial, totalizando uma carga horária de 80 horas. A etapa que ocorreu a distância constituiu-se na leitura do material impresso "Escola que Protege: Enfrentando a Violência contra Crianças e Adolescentes", de autoria de Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros fornecido pela SECAD/MEC. A etapa presencial ocorreu nos dias 20, 28, 29, 30 e 31 de Outubro de 2008, no Itaimbé Palace Hotel, em Santa Maria/RS, contando com a realização de palestras com profissionais da Educação, da Saúde e do Poder Público e com 38 oficinas temáticas.

As palestras proferidas por profissionais da área da Educação que incluiu Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1^o DEPAI de Porto Alegre,

Universidade de São Paulo (USP), ONGs dos Estados do Paraná e Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Franciscana de Santa Maria (UNIFRA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn/SC), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e SECAD/MEC, abrangeram as seguintes temáticas: "Ações Interdisciplinares", "Direitos Humanos e a Infância Brasileira", "Integridade na Infância Brasileira", "Rede de Atendimento: uma proposta possível", "Comunicação, Educação e Participação na prevenção da violência na escola", História da Infância: significados em construção", "Violência e sociedade", "A comunicação em processo de articulação e mobilização da rede de garantias", "Redes de Proteção contra violência dirigida a crianças e adolescentes", "Pedagogias, Infância e Educação", "Educar não é bater: História e Filosofia da palmada" e "Violência contra crianças e adolescentes".

Quanto às oficinas realizadas também na etapa presencial, os trabalhos foram criados e desenvolvidos por profissionais da Educação que se dispuseram, de maneira voluntária, a coordenar as atividades, que foram realizadas nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), juntamente com o apoio dos demais Centros de Ensino. As atividades ocorreram em dois dias, pelo turno da manhã, com 32 oficinas temáticas e número de vagas que variou entre 15 e 100 lugares. As temáticas ficaram assim elaboradas: Consciência Fonológica: "Um viés através do lúdico e da afetividade", "Direitos Humanos: Atualidade e contexto", "Bullying: A moderna discussão de violência escolar", "Ludicidade: Uma Possibilidade de enfrentamento à violência Infantil", "Resgate histórico da violência contra criança", "Trabalho infantil: Implicações no desenvolvimento cognitivo das crianças", "A sexualidade infantil e a escola", "Um grito sem voz: aspectos psicológicos como dispositivo de prevenção da violência doméstica infantil frente ao olhar do educador", "Infâncias desaparecidas: repensando a história, as formas de violência e algumas possibilidades para a infância de hoje", "Sexualidade na escola", "A violência simbólica praticada contra grupos indígenas no urbano: dialogando com a diferença cultural e os direitos humanos", "Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: na família, na escola, na comunidade", "Limites e violência em uma perspectiva sócio-cultural e escolar", "A Família e a escola. O que é a família no mundo atual?", "Discurso em sala de aula: elemento para análise dos processos de inclusão-exclusão", "Violência sexual através da internet: como proteger crianças e adolescentes", "Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia", "Enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil", "Infâncias desaparecidas: repensando a história, as formas de violência e algumas possibilidades para a infância de hoje", "Sexualidade na escola", "A violência simbólica praticada contra grupos indígenas no urbano: dialogando com a diferença cultural e os direitos humanos", "Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: na família, na escola, na comunidade", "Limites e violência em uma perspectiva sócio-cultural e escolar", "Discurso em sala de aula: elemento para análise dos processos de inclusão-exclusão", "Violência sexual através da internet: como proteger crianças e adolescentes", "Integralidade da e na infância: prevenção da violência pela educação e para a saúde infantil integral na contemporaneidade", "Prevenir a violência nas escolas e educar para a paz", "O educador na prevenção e combate aos crimes de abuso sexual", "Infância, Educação Infantil e Violência Simbólica", "Maus-Tratos na Infância: Repercussões na Vida Afetiva Adulta", "Mídia e Violência", "Infanticídio: infância, experimentações e impressões a partir de imagens da ficção", "Educar em direitos humanos: Um encontro dialógico do saber-fazer docente e dos marcos conceituais e legais no enfrentamento *das interfaces da violência escolar*", "Violências nas escolas-Parte 2: um passo adiante", "Violências nas escolas- Parte 1: por onde começar", "Leitura e escrita: uma atividade de criação, uma forma de libertar-se", "Práticas Restaurativas na Escola", "A escola que protege contra a violência

simbólica: a representação da deficiência legitimada pela mídia" e "Adolescente em conflito com a lei: educação e possibilidades".

Diante da expectativa de público superada, sentimos ao longo desta I Edição, realizar uma pesquisa de opinião que buscou conhecer acerca dos seguintes pontos: formato do curso, material didático, palestras, oficinas, organização e local do evento. Conforme os dados coletados durante o evento através de um questionário semi-estruturado, é possível perceber que o público, de um modo geral, demonstrou, através de sua opinião, um movimento satisfatório quanto à qualidade de todos os segmentos do evento. Para nós, da comissão organizadora, estes são indicativos de organização de uma II Edição, que deverá ocorrer no ano de 2009.

O movimento provocado através da pesquisa demonstrou uma aceitação positiva quando os participantes foram questionados sobre: o formato do curso (40,32% dos participantes do evento o consideraram ótimo e 41,94% bom), sobre o material didático (43,55% consideraram ótimo e bom), sobre as palestras (51,61% consideraram as palestras ótimas), sobre as oficinas (41,94% consideraram ótimo e 38,23% bom), sobre organização (43,55% consideraram ótimo enquanto que 45,16 consideraram a organização do evento boa) e sobre o local do evento (64,52% consideraram o local ótimo)

Frente a estes percentuais, constantes do Relatório Final encaminhado a SECAD/MEC, consideramos o evento com perspectivas de continuidade, passando cada vez mais, a atender um número maior de participantes e simpatizantes desta iniciativa.

Os resultados e os anseios para 2009

A primeira edição do Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege foi realizada de 20 a 31 de outubro de 2008 no Itaimbé Palace Hotel com uma carga horária de 80 horas distribuídas entre 40 horas presenciais e 40 horas à distância, perfazendo um total de 1.030 inscritos. Contamos com a participação de pesquisadores, palestrantes, organizações não governamentais e diversos profissionais que contribuíram de forma decisiva junto ao Conselho Gestor Municipal para a qualidade das palestras ministradas e dos debates realizados.

Queremos também destacar a participação dos gestores públicos no dia 31 de outubro de 2008, que se configurou no documento elaborado e assinado por todos aqueles que participaram deste importante fórum. Este documento se tornará o balizador das ações assumidas pelos participantes, em especial Núcleo Gestor Local e Gestores Públicos, que se comprometeram em colocá-las em vigor, assim como das posteriores iniciativas provenientes do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Para 2009, permanecem os anseios para a realização da II Edição do Curso, uma vez que o mesmo tenha força e dinamismo para atender e qualificar um número ainda maior de profissionais engajados na defesa e proteção dos direitos e deveres de crianças e adolescentes. O cuidado com nossa infância e nossos jovens são primordiais para a resguardarmos a formação de jovens livres de violências psicológicas, físicas, simbólicas e suas mais variadas formas.

Referências

CONANDA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CONANDA, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da Infância:** Dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A Infância, a Educação e a Alfabetização como invenções pedagógicas: trajetórias escolares e culturais. In: ANTUNES, Helenise Sangoi Antunes (Org.). **Anais do I Curso de Formação de Profissionais da Educação:** A Escola que Protege. Santa Maria: Gráfica e Imprensa Universitária, 2008, 1ª Edição.

[1] Este artigo possui orientação e revisão da Prof^a. Dr^a. Helenise Sangoi Antunes, coordenadora do GEPFICA e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A ESCOLA QUE PROTEGE ATUANDO NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Graziela Franceschet Farias – Autora – PPGE/UFSM – gfranceschet@yahoo.com.br

Helenise Sangoi Antunes – Co-Autora – PPGE/UFSM – professora@helenise.com.br

Introdução

Os números são alarmantes e os índices só têm aumentado. É consenso nacional. A violência cometida contra crianças e adolescentes, nas últimas décadas, tem tomado proporções que fogem às regras e se afastam de quaisquer avanços tecnológicos, econômicos e sociais que tenhamos conquistado, enquanto seres humanos, nos últimos tempos.

Se voltarmos na História e lançarmos um olhar para os séculos XIX e XX é possível compreender que a História da Infância, não só a brasileira, mas também a internacional é marcada por situações de abandono, violência, humilhação, falta de responsabilidade social, indiferenças e principalmente injustiças. Um exemplo formal e materializado disto são os manuais escolares e as cartilhas de alfabetização que circularam, desde as sociedades européias até o Rio Grande do Sul, marcando tal período histórico e impondo “boas maneiras” e a disciplina de “corpos cidadãos, patriotas”.

Considero que os manuais escolares – incluindo as cartilhas de alfabetização – além de reconhecerem os “cidadãos”, reconheceriam os “não-cidadãos”, tentando formar e transformar sujeitos, a partir de um tipo ideal – “o sujeito civilizado”-, inventado pelo discurso para formar homens e mulheres que levariam a cabo o projeto de modernização republicano. Encontro tal dualidade entre a “barbárie” e a “civilização” polarizada em representações do bom e do mau filho, do bom e do mau aluno, do bom e do mau cidadão e do bom e do mau brasileiro. Dessa forma, a representação do “bom aluno” assumia um caráter generalista e que servia tanto para menino quanto para menina, valorizando a criança asseada, cumpridora de horários e das tarefas escolares. Seu bom comportamento o tornaria um aluno, um filho e um cidadão educado, ou seja, o bom filho da pátria seria aquele que tivesse mais a seus deveres do que a seus direitos. O “mau aluno”, por sua vez, seria aquele que, além de não ter bons hábitos de higiene com seu corpo e com o material escolar, não apresentaria um bom desempenho na escola. Seu futuro como cidadão nem é mencionado, uma vez que não se encaixaria no tipo ideal de sujeito “civilizado”, renunciando, assim, sua existência como “não cidadão” (TRINDADE, 2008: 23 apud LUBISCO, 1902).

Tanto os manuais escolares como as cartilhas traziam os ideais para uma conduta desejável e para os bons costumes. Condutas estas que, em muitas vezes, levavam a momentos de humilhação, desespero, baixa auto-estima de nossas crianças. Atitudes autoritárias e que caracterizam uma violência física e psicológica contra as crianças e jovens cometidas por adultos que desconheciam as fases e as características do desenvolvimento psicológico das crianças e jovens que eram punidos pelo não cumprimento de tais regras e de tais imposições. Modos de agir como estes hoje são caracterizados como atos de violência cometidos na vida privada (doméstica), na vida pública (ruas) e principalmente no âmbito escolar, a chamada violência simbólica, violência psicológica.

“As crianças devem ser vistas, mas não ouvidas” é uma máxima do código educativo tradicional das altas classes sociais inglesas. Esse princípio emigrou da esfera da educação familiar inglesa para a esfera pública dos sistemas educativos ocidentais, tendo ressonância na política educativa e na vida escolar – também as vozes dos pedagogos permanecem vistas na retórica das leis e dos documentos oficiais, na retórica dos documentos das escolas (projeto educativo, projeto político-pedagógico), mas não realmente ouvidas, isto é, não praticadas, não constituídas em uma práxis (FORMOSINHO, 2007: 13).

Perdura ao longo dos séculos a educação dos filhos pelo método da imposição, o método do “cala a boca inútil”. Estas atitudes e juízos de valores transcendem o convívio familiar e se estendem até as escolas, no modo de sentar em fila, na hora certa de fazer uma pergunta, na imposição de horários, na retirada do recreio, na cópia exaustiva de conhecimentos desarticulados da realidade infantil e juvenil e nas humilhações em sala de aula. Trazemos exemplos de Cartilhas, como a Cartilha da Higiene, produzida em 1936 por Renato Kehl e editada pela Livraria Francisco Alves, o Novo Methodo Phonetico (Gherardo Lubisco, 1902), a Cartilha Brasileira (Clemente Quaglio, 1921) para demonstrar, mesmo que parcialmente, o fragmento citado anteriormente. Cartilhas e manuais escolares foram produzidos em larga escala no Brasil não só para a alfabetização de crianças, mas também para a imposição de regras de convivências universais.

Diante desta breve busca no passado histórico da infância é que nos permitimos dialogar com os leitores deste artigo e comungar com eles, o aspecto da urgência de olhares cuidadosos e minuciosos para as formas de violência, os ambientes nos quais elas ocorrem, quem são os praticantes e os agentes de proteção. Tentaremos também sensibilizar para a questão da Formação de Professores e Profissionais da Educação (inicial e continuada), para a importância do cuidado do educador na prevenção e detecção de atos de violência na escola, na sala de aula e no convívio familiar.

No decorrer deste artigo, traremos as iniciativas institucionais, regionais e locais estabelecidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA), sob coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Helenise Sangoi Antunes, para atuar nestes cenários de maneira a contribuir com as políticas públicas no combate à violência de crianças e adolescentes, seja através de projetos de extensão, seja através de uma força de trabalho que atua unida na cidade de Santa Maria/RS para fortalecer as redes de proteção à infância deste país.

Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Durante muito tempo pessoas lutaram para firmar os Direitos Humanos com a intenção de melhorar a qualidade de vida para todos e para viver em um mundo onde a igualdade entre as pessoas fosse preservada. Revoltas, lutas e revoluções foram travadas para que índios, mulheres, crianças, escravos e negros tivessem os mesmos direitos, principalmente o direito garantido à vida.

Em 1948, é assinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que, cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce através do ensino e da educação, por promover o respeito a

esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ONU - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

A partir de 1948, todas as pessoas, independentemente de raça, cor ou religião são resguardadas perante a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob pena de lei caso não sejam salvaguardadas. Porém, presenciamos a todo instante, atitudes e ações que violam estes direitos e privam o ser humano da liberdade, justa e de direito.

Exemplos podem ser analisados como o desrespeito com a diversidade religiosa entre as comunidades. Com isso, direitos de pessoas são feridos pelo simples fato de não respeitar a diversidade e o grande leque de religiões que existem em nosso país. Oriundos desse preconceito vêm à discriminação, ofensa e atos de violência que são assegurados pela nossa constituição como atitudes que ferem a lei e os seres humanos.

Outro exemplo que pode ser mencionado refere-se à violação dos direitos das crianças. O direito de freqüentar a escola, de ter uma família que oportunize o desenvolvimento integral, o direito ao lazer e a educação, que ainda não são garantidos. Crianças sofrem abusos de várias maneiras, formas de violências que ferem a integridade moral e psicológica em desenvolvimento.

Previstos e garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os direitos foram criados e oficializados na forma da lei a fim de serem garantidos. As redes sociais de proteção são criadas com este fim.

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais articulados e construídos com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil. Como exemplos, podem-se citar a Rede de Proteção à Adolescentes em Conflito com a Lei, a Rede de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e a Rede de Proteção dos Meninos e Meninas de Rua, entre outras. Essas redes podem ter abrangência municipal, estadual, nacional ou internacional ((FALEIROS;FALEIROS, 2007: 77).

As redes de proteção têm como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apoiadas pelas Secretarias do Governo (estaduais, municipais) executoras de políticas de saúde, educação, assistência, cultura, profissionalização e proteção especial, pelos Conselhos Tutelares, pelo Ministério Público e por ONG's espalhadas por diversos pontos do país.

Dentre os organismos do sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes estão: os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, as Varas da Infância e da Juventude, as Promotorias da Infância e Juventude, as Delegacias de Proteção à Crianças e Adolescentes (DPCA), os Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), os Centros de Defesa, a Defensoria Pública, as Secretarias de Governo executoras de políticas públicas e as Organizações Não-Governamentais (ONG's).

Formação de redes de proteção no Sul do Brasil: “I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege 2008”¹

Vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA), Grupo de Pesquisa cadastrado na Plataforma Lattes/CNPq, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSM e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Helenise Sangoi Antunes desenvolvemos o projeto guarda-chuva intitulado: “Laboratório de Alfabetização: Repensando a Formação de Professores”, que conta com a participação de acadêmicos (as) de cursos de Graduação da UFSM, Mestrandos e Mestres do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFSM e Professores da Rede Pública e Privada de Ensino de Santa Maria. Desde o ano de 2004, atuamos nas Escolas Municipais, Estaduais e Particulares de Santa Maria e região, onde alunos e alunas destes cursos, bem como professoras em formação continuada, atendem crianças com dificuldades de aprendizagem, de leitura, escrita e principalmente em situação vulnerabilidade social.

Este projeto que consolida, de forma equilibrada, ações de ensino, pesquisa e extensão e atua a partir da necessidade e interesse demonstrado pelas professoras da área de alfabetização da rede de ensino de Santa Maria e região em expandirem suas descobertas e estudos referentes a esta área, bem como, oferecer as alunas dos cursos de Pedagogia e Educação Especial um espaço de construção de novas metodologias, a partir das suas experiências pedagógicas vivenciadas ao longo dos cursos de formação inicial, além do aprofundamento de seus estudos sobre a compreensão dos modos de organização e das concepções das crianças de pré-escola e séries iniciais a cerca do que a leitura e a escrita representam, quais seus usos e funções e como desenvolver a produção textual. Segundo Ferreiro (1985), a maneira como a criança concebe a leitura e a escrita é ponto de partida para que o professor possa propor uma linha de ação que contemple tais concepções.

Nesta perspectiva, buscamos compreender a lógica interna dos modos de organização e do processo de cada sujeito, bem como sua evolução de um nível para o outro, além das possibilidades de construção de textos, histórias em quadrinhos, narrativas, etc.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho, que conta com uma longa caminhada de construção, é também desenvolver trabalhos voltados para pesquisas sobre aquisição da lecto-escrita ao longo das primeiras séries do ensino básico, buscando compreender as concepções apresentadas pelas crianças, bem como, acompanhar seus desempenhos ao longo deste processo. Ao mesmo tempo, que efetivamos a parceria institucional de ensino, pesquisa e extensão com os professores da Rede de Ensino de Santa Maria e região, em especial a Escola Estadual Prof^a. Naura Teixeira Pinheiro, Escola Estadual Prof.^a Celina de Moraes, Escola Municipal São Paulo e a Escola Núcleo Valentin Bastianelo (município de Dilermando de Aguiar).

A busca dos caminhos percorridos pela criança para desenvolver os significados e sua conseqüente representação é, portanto, um fator preponderante na criação e no desenvolvimento de propostas mais adequadas e coerentes para a alfabetização e a linguagem. Para tanto, o Laboratório estará aberto à comunidade para atendimento, trocas de experiências, orientação e criação de atividades pedagógicas na área de Alfabetização e Letramento.

¹ Este artigo possui orientação e revisão da Prof^a. Dr^a. Helenise Sangoi Antunes, coordenadora do GEPFICA e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

No ano de 2008, pelo viés deste projeto, concorremos ao edital público do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o qual culminou no I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege e na qualificação de 1030 profissionais das mais diversas áreas ligadas à Educação.

Ao longo da caminhada durante o ano, compomos, em primeira instância o Comitê Gestor Local, formado por um representante de cada órgão: Gabinete do Reitor (UFSM), Pró-Reitoria de Extensão (UFSM), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (UFSM), Centro de Educação (UFSM), Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSM), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Santa Maria), Secretaria de Saúde Mental (Santa Maria), Secretaria Municipal de Educação (Santa Maria), Secretaria Municipal de Assistência Social (Santa Maria), Conselho Tutelar (Santa Maria), Delegacia da Mulher (Santa Maria), Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Santa Maria), 8ª Coordenadoria Regional de Educação, Núcleo de Professores Negros do Município de Santa Maria e Juizado Regional da Infância e da Juventude (Santa Maria). O Comitê Gestor Local reuniu-se durante vários meses a fim de definir as metas e deliberar acerca da tomada de decisões, culminando assim, na realização do curso. Em um esforço conjunto, mobilizamos o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização (GEPFICA) para um manifesto em prol da defesa e valorização dos direitos de crianças e adolescentes, realizado no Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria, confeccionaram-se cartazes, banners, repertórios musicais, atividades pedagógicas, entre outras.

O curso dividiu-se em duas etapas, uma à distância e outra presencial, totalizando uma carga horária de 80 horas. A etapa que ocorreu a distância constituiu-se na leitura do material impresso “Escola que Protege: Enfrentando a Violência contra Crianças e Adolescentes”, de autoria de Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros fornecido pela SECAD/MEC. A etapa presencial ocorreu nos dias 20, 28, 29, 30 e 31 de Outubro de 2008, no Itaimbé Palace Hotel, em Santa Maria/RS, contando com a realização de palestras com profissionais da Educação, da Saúde e do Poder Público e com 38 oficinas temáticas.

As palestras proferidas por profissionais da área da Educação que incluiu Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1º DEPAI de Porto Alegre, Universidade de São Paulo (USP), ONGs dos Estados do Paraná e Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Franciscana de Santa Maria (UNIFRA), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn/SC), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e SECAD/MEC, abrangeram as seguintes temáticas: “Ações Interdisciplinares”, “Direitos Humanos e a Infância Brasileira”, “Integridade na Infância Brasileira”, “Rede de Atendimento: uma proposta possível”, “Comunicação, Educação e Participação na prevenção da violência na escola”, História da Infância: significados em construção”, “Violência e sociedade”, “A comunicação em processo de articulação e mobilização da rede de garantias”, “Redes de Proteção contra violência dirigida a crianças e adolescentes”, “Pedagogias, Infância e Educação”, “Educar não é bater: História e Filosofia da palmada” e “Violência contra crianças e adolescentes”.

Quanto às oficinas realizadas também na etapa presencial, os trabalhos foram criados e desenvolvidos por profissionais da Educação que se dispuseram, de maneira voluntária, a coordenar as atividades, que foram realizadas nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), juntamente com o apoio dos demais Centros de Ensino. As atividades ocorreram em dois dias, pelo turno da manhã, com 32 oficinas

temáticas e número de vagas que variou entre 15 e 100 lugares. As temáticas ficaram assim elaboradas: Consciência Fonológica: “Um viés através do lúdico e da afetividade”, “Direitos Humanos: Atualidade e contexto”, “Bullying: A moderna discussão de violência escolar”, “Ludicidade: Uma Possibilidade de enfrentamento à violência Infantil”, “Resgate histórico da violência contra criança”, “Trabalho infantil: Implicações no desenvolvimento cognitivo das crianças”, “A sexualidade infantil e a escola”, “Um grito sem voz: aspectos psicológicos como dispositivo de prevenção da violência doméstica infantil frente ao olhar do educador”, “Infâncias desaparecidas: repensando a história, as formas de violência e algumas possibilidades para a infância de hoje”, “Sexualidade na escola”, “A violência simbólica praticada contra grupos indígenas no urbano: dialogando com a diferença cultural e os direitos humanos”, “Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: na família, na escola, na comunidade”, “Limites e violência em uma perspectiva sócio-cultural e escolar”, “A Família e a escola. O que é a família no mundo atual?”, “Discurso em sala de aula: elemento para análise dos processos de inclusão-exclusão”, “Violência sexual através da internet: como proteger crianças e adolescentes”, “Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia”, “Enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil”, “Infâncias desaparecidas: repensando a história, as formas de violência e algumas possibilidades para a infância de hoje”, “Sexualidade na escola”, “A violência simbólica praticada contra grupos indígenas no urbano: dialogando com a diferença cultural e os direitos humanos”, “Prevenção ao uso de substâncias psicoativas: na família, na escola, na comunidade”, “Limites e violência em uma perspectiva sócio-cultural e escolar”, “Discurso em sala de aula: elemento para análise dos processos de inclusão-exclusão”, “Violência sexual através da internet: como proteger crianças e adolescentes”, “Integralidade da e na infância: prevenção da violência pela educação e para a saúde infantil integral na contemporaneidade”, “Prevenir a violência nas escolas e educar para a paz”, “O educador na prevenção e combate aos crimes de abuso sexual”, “Infância, Educação Infantil e Violência Simbólica”, “Maus-Tratos na Infância: Repercussões na Vida Afetiva Adulta”, “Mídia e Violência”, “Infanticídium: infância, experimentações e impressões a partir de imagens da ficção”, “Educar em direitos humanos: Um encontro dialógico do saber-fazer docente e dos marcos conceituais e legais no enfrentamento das interfaces da violência escolar”, “Violências nas escolas- Parte 2: um passo adiante”, “Violências nas escolas- Parte 1: por onde começar”, “Leitura e escrita: uma atividade de criação, uma forma de libertar-se”, “Práticas Restaurativas na Escola”, “A escola que protege contra a violência simbólica: a representação da deficiência legitimada pela mídia” e “Adolescente em conflito com a lei: educação e possibilidades”.

Diante da expectativa de público superada, sentimos ao longo desta I Edição, realizar uma pesquisa de opinião que buscou conhecer acerca dos seguintes pontos: formato do curso, material didático, palestras, oficinas, organização e local do evento. Conforme os dados coletados durante o evento através de um questionário semi-estruturado, é possível perceber que o público, de um modo geral, demonstrou, através de sua opinião, um movimento satisfatório quanto à qualidade de todos os segmentos do evento. Para nós, da comissão organizadora, estes são indicativos de organização de uma II Edição, que deverá ocorrer no ano de 2009.

O movimento provocado através da pesquisa demonstrou uma aceitação positiva quando os participantes foram questionados sobre: o formato do curso (40,32% dos participantes do evento o consideraram ótimo e 41,94% bom), sobre o material didático (43,55% consideraram ótimo e bom), sobre as palestras (51,61% consideraram as palestras ótimas), sobre as oficinas (41,94% consideraram ótimo e 38,23% bom), sobre

organização (43,55% consideraram ótimo enquanto que 45,16 consideraram a organização do evento boa) e sobre o local do evento (64,52% consideram o local ótimo)

Frente a estes percentuais, constantes do Relatório Final encaminhado a SECAD/MEC, consideramos o evento com perspectivas de continuidade, passando cada vez mais, a atender um número maior de participantes e simpatizantes desta iniciativa.

Os resultados e os anseios para 2009

A primeira edição do Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege foi realizada de 20 a 31 de outubro de 2008 no Itaimbé Palace Hotel com uma carga horária de 80 horas distribuídas entre 40 horas presenciais e 40 horas à distância, perfazendo um total de 1.030 inscritos. Contamos com a participação de pesquisadores, palestrantes, organizações não governamentais e diversos profissionais que contribuíram de forma decisiva junto ao Conselho Gestor Municipal para a qualidade das palestras ministradas e dos debates realizados.

Queremos também destacar a participação dos gestores públicos no dia 31 de outubro de 2008, que se configurou no documento elaborado e assinado por todos aqueles que participaram deste importante fórum. Este documento se tornará o balizador das ações assumidas pelos participantes, em especial Núcleo Gestor Local e Gestores Públicos, que se comprometeram em colocá-las em vigor, assim como das posteriores iniciativas provenientes do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Para 2009, permanecem os anseios para a realização da II Edição do Curso, uma vez que o mesmo tenha força e dinamismo para atender e qualificar um número ainda maior de profissionais engajados na defesa e proteção dos direitos e deveres de crianças e adolescentes. O cuidado com nossa infância e nossos jovens são primordiais para a resguardarmos a formação de jovens livres de violências psicológicas, físicas, simbólicas e suas mais variadas formas.

Referências

CONANDA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CONANDA, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. In: FORMOSINHO, Júlia Oliveira; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. **Pedagogia(s) da Infância: Dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: ARTMED, 2007.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A Infância, a Educação e a Alfabetização como invenções pedagógicas: trajetórias escolares e culturais**. In: ANTUNES, Helenise Sangoi Antunes (Org.). **Anais do I Curso de Formação de Profissionais da Educação: A Escola que Protege**. Santa Maria: Gráfica e Imprensa Universitária, 2008, 1ª Edição.